

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.693 - SP (2019/0004284-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : EZEQUIEL DAVID DA COSTA
ADVOGADO : IOVANI BRANDAO TINI - SP144201
AGRAVADO : MUNICIPIO DE BARRA DO CHAPÉU
ADVOGADO : JOSÉ FABIANO MORAIS DE FRANÇA - SP208881

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR MUNICIPAL. AGENTE POLÍTICO. CARGO EM COMISSÃO. FGTS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por EZEQUIEL DAVID DA COSTA, com fundamento no art. 105, inciso III da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado:

REEXAME NECESSÁRIO - SERVIDOR MUNICIPAL - BARRA DO CHAÉU - AGENTE POLÍTICO - CARGO EM COMISSÃO Pretensão de recebimento de verbas trabalhistas - FGTS e multa do art. 467 da CLT - Aos ocupantes de cargo em comissão se aplica o regime estatutário e não as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - Férias e 13o. salário - Necessidade de previsão em lei municipal - Não comprovação - Precedentes jurisprudenciais deste Tribunal - Sentença de parcial procedente modificada - Pedidos improcedentes - Reexame necessário provido (fls. 190).

2. Nas razões do seu Apelo Nobre inadmitido, a parte agravante alega violação ao art. 376 do CPC, ao argumento de que *Observa-se do TRCT de fls. 25 que, de fato, o recorrido recebeu apenas o pagamento dos três dias de novembro/2008, sendo certo que seu contrato era regido pela CLT. O documento de fls. 23 comprova que o recorrente exercia o cargo de Secretário Municipal de Administração do município recorrido, cargo este que, à evidência, é cargo em comissão. Tal fato, contudo, não retira do autor o direito em receber férias, 13o. salário, FGTS e todos os demais direitos laborais, eis que o contrato de trabalho era*

Superior Tribunal de Justiça

regido pelas normas da CLT (fls. 213).

3. É o relatório.

4. O tema inserto no art. 376 do CPC não foi debatido pelo Tribunal de origem, tampouco foi suscitado nos Embargos de Declaração opostos. Carece, portanto, de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.

5. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Particular. Honorários recursais fixados em R\$100,00, que deverão ser acrescidos ao montante final.

6. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR